

25 anos da PPE



Quando a Pesquisa e Planejamento Econômico foi criada, em 1971, a única publicação acadêmica de economia de circulação nacional que existia então era a Revista Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Três considerações pesaram na criação da PPE. Em primeiro lugar, o volume de pesquisas do IPEA já justificava um novo veículo de divulgação. Em segundo, os Ph.Ds. recém-chegados dos Estados Unidos, contratados do IPEA, queríamos implantar no país os padrões mais rigorosos de refereeing característicos das publicações técnicas em economia daquele país. Em terceiro lugar, o IPEA ambicionava estabelecer-se como um centro de pesquisas independente da FGV, num ato com características quase edipianas, uma vez que éramos todos, os fundadores da PPE, egressos dos quadros da Fundação.

Fico me perguntando por que a PPE deu tão certo, havendo se tornado, desde seu lançamento até hoje, a principal revista de economia do país. Certamente, a força do IPEA durante boa parte do período em causa é parte da explicação, pois, com fartos recursos financeiros até quase o final da década de 80, o IPEA pôde remunerar adequadamente um amplo corpo de pesquisadores, imbuídos pelo menos parcialmente da mentalidade do publish or perish característica da academia americana.

Talvez mais importante tenha sido o fato de a criação da PPE ter coincidido com o início do retorno da leva de estudantes brasileiros que começaram a dirigir-se aos cursos de doutorado dos Estados Unidos (e, em bem menor número, da Inglaterra) a partir de meados da década de 60. Esses novos turcos que aportaram nos recém-criados centros de pesquisas e cursos de mestrado em economia em diferentes cidades brasileiras encontraram na PPE o habitat natural para a divulgação de sua produção científica. Com eles vieram também para a PPE os brasilianistas que de outra forma teriam usado a RBE como veículo para seus trabalhos. Suspeito inclusive de que uma parcela significativa da produção de economistas ligados à EPGE e à Fipe tenha se dirigido à PPE, de preferência à RBE e à Estudos Econômicos, tal o poder galvanizador

sobre a nova geração de economistas brasileiros que a PPE passou desde logo a exercer.

Constato também que as estrelas da geração de economistas brasileiros que maturou antes de meados dos anos 60 raramente publicaram na PPE. E me dou conta do fenômeno geracional aqui envolvido. Para nós que chegávamos dos cursos de doutorado nos Estados Unidos nada mais normal do que nos submetemos ao crivo do razoavelmente rigoroso processo de refereeing instituído na PPE desde os seus primeiros números. Para a geração anterior de economistas brasileiros, isso, entretanto, lá na origem, devia soar como algo deveras inconcebível, mesmo porque os juízes éramos todos mais jovens do que eles.

Essa nova geração internacionalizada vinha também imbuída do princípio do debate acadêmico e da busca do conhecimento através da pesquisa e da interação com seus pares. É nesse sentido que a criação da PPE interage com a da Anpec, pois ambas consubstanciavam o desejo de firmar a presença de uma nova geração de economistas que almejava introduzir uma nova linguagem no estudo da economia do país.

Mas havia algo além da introdução da modernidade da pesquisa econômica na criação e desenvolvimento da PPE. Havia um compromisso com a pesquisa empírica, muito forte em todos que retornamos ao país não para fazer teoria, mas para pesquisar a realidade econômica em nosso entorno. É, nesse sentido, patente a divisão de trabalho nas publicações daqueles poucos dentre nós que quisemos manter um pé na academia americana. No exterior, publicávamos textos eventualmente de maior fôlego teórico ou mais refinado instrumental econométrico, mesmo porque seria impossível dialogar através de tais textos com a comunidade de economia do país. Na PPE, publicávamos nossos trabalhos de pesquisa sobre economia brasileira. Recordo-me, a propósito, da reclamação do editor de uma outra revista de economia do país, de que eu só publicava na revista dele artigos sem fórmulas matemáticas, reservando esses para a PPE — no que tinha toda a razão! Trabalhos mais apurados de pesquisa empírica sobre a economia do país, na minha geração, tinham um destino certo, e este era a PPE.

O acerto da linha editorial adotada pela PPE é comprovado, anos depois, pela criação de uma congênere sua em nível internacional, o World Bank Economic Review. Lembro-me que em 1978 participei de uma comissão que avaliou a produção de pesquisas do Banco Mundial, sendo um dos temas examinados a oportunidade da criação de um órgão in house para

a divulgação da produção de seus pesquisadores, à semelhança do que já ocorria com o FMI, através do Staff Papers. Na ocasião, o parecer da comissão foi contrário à criação da nova revista, sob a alegação de que os economistas do banco tinham que competir lá fora e não publicar sob a proteção do manto do próprio banco. Com o passar do tempo, foi entretanto ficando claro que a natureza do trabalho de pesquisa do Banco Mundial, importante como é, não encontrava guarida nas revistas acadêmicas americanas, cujos requisitos de crescente formalização teórica as têm posto à margem das discussões de política econômica contemporânea. A solução encontrada pelo Banco Mundial, de ter um corpo externo de referees para a avaliação dos artigos submetidos ao World Bank Review, comprova o acerto, anos antes, do IPEA ao adotar procedimento similar quando da criação da PPE.

Há finalmente que ressaltar uma contribuição básica da PPE para o desenvolvimento da profissão de economista no país. É que ela estabeleceu um paradigma de excelência acadêmica para a discussão de temas de política econômica, num momento de nossa história em que a profissão tendia a polarizar-se entre, de um lado, os apologetas do “milagre econômico” e, de outro, os arautos do pensamento marxista — uns e outros querendo impor suas verdades com base em a priori políticos ou doutrinários, descompromissados com o rigor metodológico e a busca da verificação empírica.

A existência de uma revista como a PPE — com respeitabilidade à esquerda e à direita — estabeleceu um novo padrão para a discussão dos temas de política econômica nacional, no qual, se não faltava o coração (como o comprovam os debates sobre a distribuição de renda, a crise da dívida externa, ou a teoria da inércia inflacionária — para citar somente alguns em que tive uma participação mais direta), prevalecia sempre ao final a razão. Isso foi sem dúvida fundamental para o amadurecimento profissional de toda uma geração de economistas, o qual está agora permitindo, uma vez superados os traumas do processo de redemocratização, que possamos dar uma contribuição efetiva para o desenvolvimento do país.

EDMAR LISBOA BACHA